

O Brasil Império para a Hegemonia Inglesa: uma Análise do Ponto de Vista do Poder e da Riqueza

Cristina Fróes de Borja Reis (UFRJ)♦

*Bento Antunes de Andrade Maia (UFRJ)**

Resumo

A construção do sistema inter-estatal, segundo a teoria do poder global, foi promovida pela competição entre os núcleos de poder que procuravam ampliar o seu domínio de influência. As grandes potências européias se formaram devido aos esforços de guerra, que resultavam na ampliação da arrecadação tributária, na expansão da dívida pública, no fortalecimento da moeda e no crescimento territorial. O Império brasileiro (1822-1889) situava-se na periferia do sistema mundial, atendendo aos interesses comerciais, financeiros e geopolíticos da Inglaterra.

Abstract

According to the global power theory, the construction of the international system was driven by competition between the cores of power that sought to expand its sphere of influence. Major European powers were formed due to the war efforts, which resulted in the expansion of tax revenues, the expansion of public debt, the strengthening of the currency and territorial growth. The Brazilian Empire (1822-1889) was located on the periphery of the inter-state system dominated by big powers, with a territory ruled by Britain.

Palavras-chave: economia brasileira, Brasil império, sistema mundial.

Keywords: Brazilian economy, Brazilian empire, world system.

Área 2. História Econômica e Economia Brasileira

Sub-área 2.1. História Econômica e Social Brasileira

♦ Doutoranda em economia no IE/UFRJ – Email: titi.reis@ie.ufrj.br

* Mestrando em economia no IE/UFRJ – Email: bento.maia@ie.ufrj.br

Introdução e Metodologia

A questão central que este trabalho procura responder reside no papel do Império brasileiro para os interesses do Reino Unido durante o período de 1822 até 1889, do ponto de vista da economia política internacional. Essa investigação será realizada a partir da visão teórica sugerida por Fiori (1997, 2004, 2008) – “teoria do poder global” – que considera o sistema mundial inter-estatal como um *locus* permanente de conflito pela acumulação de riqueza e poder, descartando a teoria de estabilizador hegemônico¹ do sistema inter-estatal, capaz de garantir a paz e o crescimento econômico. A pesquisa investiga a importância da economia política do Estado brasileiro imperial no conflito central do sistema, ou para ser mais específico, para o poder britânico, com foco nos seguintes conceitos: território, guerra, tributação e dívida pública. A vantagem dessa metodologia é que ela abrange diretamente os aspectos mais relevantes do funcionamento de um Estado-Nação² e sua inserção no sistema inter-estatal capitalista.

As guerras podem alcançar papel fundamental como força expansiva e integradora do Estado, sendo um instrumento potente de acumulação de riqueza e poder. Conforme se observa na história de algumas nações, elas obrigaram a estruturação interna do território e desenharam suas fronteiras, também requeridas pelos objetivos de comércio e pelas necessidades econômicas.³ Cardoso e Reis (2008, p. 5) afirmam que “várias unidades de poder em concorrência partem para a guerra porque não querem ser aglutinadas por uma unidade mais poderosa do que ela”. No entanto, no caso das regiões periféricas – ainda que as guerras tenham um caráter restrito em comparação

1 Na década de setenta, os autores Charles Kindleberger e Robert Gilpin, a partir das influências principais de Ferdinand Braudel e Edward Carr, discutem sobre o hiperpoder formulando a teoria da estabilidade hegemônica. O principal argumento desta teoria é o de que o Sistema Mundial necessita de uma única liderança, que desempenha também o papel de estabilizador, para estar em paz e prosperar economicamente. A partir dos anos oitenta, novas escolas derivaram da teoria da estabilidade hegemônica, destacando-se a neo-realista, a pluralista e a neo-marxista.

² A definição de Estado considerada no presente artigo é a seguinte: “The state is defined as the permanent institutional core of political authority on which regimes rest and depend. It is permanent in that its general contours and capacities remain constant despite changes in governments. It is institutionalized in that a degree of autonomy from any social sector is assumed. Its authority is widely accepted within society over and above debate regarding specific policies. (...) On the most basic level, the functions of a state include the provision and administration of public goods and the control of both internal and external violence” (Centeno, 2002, p. 2)

³ No que tange a preservação dos Estados, Elias (1993) afirma que “a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai” (p. 134).

com as “totais”⁴ que ocorreram na Europa –, elas estão principalmente vinculadas às pressões das grandes potências.

Com base no argumento defendido por Centeno no livro *“Blood and debt”* (2002), o enfoque “belicista” para compreender a formação dos estados na América Latina ajuda como contra-exemplo para a constatação da importância das guerras totais. A violência política nesta região ao longo de cinco séculos de muitas mortes não ocorreu principalmente entre países, mas dentro dos países. O nível de militarização das nações latinas sempre foi baixo e os estados independentes surgiram como ruína do império espanhol e da dominação portuguesa. As guerras de independência, quando ocorreram, não causaram uma significativa expansão territorial dos Estados. Houve pouca lógica econômica na definição de fronteiras. Os Estados latinos nasceram na mesma época, sem existir “competição comparativa”⁵, de forma que houve relativa paz em comparação a outros continentes à época da independência. A exceção da guerra da Tríplice aliança (que este trabalho dará uma atenção destacada) e a guerra de independência mexicana, as guerras que ocorreram entre países eram do tipo limitada⁶, cujas consequências principais foram sangue e dívida.

Os conceitos aprofundados na sequência são os de tributação e dívida pública. Para entender a centralidade dos tributos para o poder do Estado,⁷ pode-se retomar os economistas políticos clássicos. Em sua origem o tributo geralmente dependeu de uma ordem autônoma do soberano, perante a qual os súditos tinham que se submeter.⁸ Nos

⁴ Guerras totais são caracterizadas por cinco aspectos. O primeiro é que o campo de batalha tem extensão crescente. O segundo é a de que a expansão da zona de mortes inclui não somente as áreas de batalha, mas também zonas civis. O terceiro é de que a guerra é associada a uma ideologia ou moral que contribuem para a demonização do inimigo. O quarto é o envolvimento de parte significativa da população, tanto no combate direto quanto em atividades de apoio. Finalmente, a quinta característica é a militarização da sociedade, cujo processo leva ao desenvolvimento de instituições sociais com esse intuito. Essas instituições requerem do Estado as habilidades como a de juntar rapidamente pessoal e material necessários, expandir seus esforços para os novos territórios que a guerra requerer, prescrever uma mensagem ideológica coerente, convencer a população a aceitar intervenção militar direta nas suas vidas e transformar a sociedade para superar estes desafios. (Centeno, 2002)

⁵ Centeno, 2002, p. 25.

⁶ “We can, however, safely predict some general patterns. Limited wars are likely to (a) leave some form of fiscal or debts crisis as states have failed to adjust to the extra expenditures; (b) support the development of a professionalized military with little popular participation and possibly the resentment of civilians who have not participated in the struggle; (c) lead to alienation from patriotic symbols, as gains from war will be limited and some element of disenchantment arises; and (d) possibly produce economic downturns resulting from a shift in resources or break in the global markets. The most generalized trend may be that limited wars rarely leave positive institutional legacies and often have long-term costs. Instead of producing states built on ‘blood and iron’, they construct ones made of blood and debt” (Centeno, 2002, p. 23).

⁷ “O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre um certo território e a sua população” (Fiori, 2007, p.19).

⁸ E que, conforme a teoria de James Stuart, induzia a formação de excedente.

seus tratados sobre os tributos, Petty procurou compreender o sistema econômico em transição do feudalismo para o capitalismo a partir da produção, tendo como unidade de análise o território. Para Petty, as finalidades dos tributos seriam cumprir com as seguintes responsabilidades do Estado: I) Militar: estabelecer o tributo para a defesa interna e externa, paz interna e externa (polícia e justiça), revidar ofensas; II) “pastoreio das almas”: administrar a vida do povo, infra-estrutura, educação etc.

Também para Maquiavel (1513) a arrecadação de tributos é importante para gerar e manter poder através de conquistas e dos gastos. A conquista de novos territórios cria “espaços de tributação”. E o surgimento da moeda está relacionado ao seu uso como unidade de conta da tributação.⁹ Elias (1993) esclarece que a introdução da moeda estatal foi fundamental para a expansão das unidades de poder porque seu uso progressivo possibilitou ao processo formador de monopólios de dominação centralizar impostos e controlar todos os instrumentos de coerção física. “Quanto mais recursos o poder central dispõe para guerrear, maior a probabilidade de vitória e, conseqüentemente, de aquisição de mais poder e riqueza. A dívida pública e a aliança entre os chefes de estado e o sistema financeiro tornam-se, então, essenciais armas de guerra” (Cardoso e Reis, 2008, p. 06).¹⁰

Uma vez expostas as escolhas metodológicas, resta apresentar a hipótese principal do trabalho, que seria de que o papel do Brasil no conflito central do sistema inter-estatal capitalista correspondeu, direta ou indiretamente, aos interesses das grandes potências, em especial do centro de poder da época, a Inglaterra.

Do ponto de vista da riqueza, o Brasil teria sido território de expansão dos lucros das empresas manufactureiras e da *aute finance*¹¹ aliada ao Estado inglês. Sob a ótica do poder, o Brasil atuou como “estabilizador” dos conflitos do continente sul-americano, posicionando-se contra a unificação das ex-províncias do vice-reinado do Prata. Ao mesmo tempo em que apoiava a independência dos países da região, o Brasil garantia o domínio da sua parte do território nas bacias do rio da Prata e Paraguai e, assim,

⁹ Nasceu como moeda cartal, emitida pelos soberanos para o funcionamento do mecanismo de impostos. Assim, o processo de formação dos Estados criava “ilhas monetárias” de moedas cartais. A relação entre as ilhas necessitava de câmbio, daí a criação de letras de câmbio, uma atribuição conferida aos banqueiros.

¹⁰ No presente trabalho, contudo, não será realizada uma análise da história da moeda para a consolidação do monopólio de poder do governo central brasileiro, porque no país a circulação de moeda iniciou imposta exogenamente pela Coroa portuguesa, não se desenvolvendo, portanto, aos moldes das moedas cartais européias. Assim, seria necessária uma análise específica para este caso, que é longa e extremamente relevante, que faz parte da extensão da pesquisa.

¹¹ Em referência ao termo usado por Polanyi (1944).

também se beneficiava do próspero comércio da região. No entanto, sua expansão era controlada pelas grandes potências interessadas na região – Grã-Bretanha, França e Estados Unidos.

Além desta introdução, o artigo possui duas seções e a conclusão. Na primeira, apresenta-se um brevíário dos aspectos da hegemonia inglesa. A segunda versa sobre as relações entre a Inglaterra e o Brasil Imperial, com foco na tributação, na dívida pública e nos processos de consolidação da formação do território brasileiro.

1. A hegemonia inglesa no século XIX

Nesta seção pretende-se enfatizar alguns aspectos do poder britânico e suas relações com o Brasil entre 1822 e 1889, principalmente do ponto de vista econômico. Cardoso de Mello (1972) *apud* Medeiros e Serrano (1999) definiu que as assimetrias entre o desenvolvimento dos países se explicam principalmente por três aspectos principais: a) o poder militar, b) o controle da moeda e das finanças internacionais, c) o controle sobre a tecnologia e o progresso técnico. Estes aspectos serão recuperados nesta seção para compreender melhor os fatores da hegemonia inglesa e como esta determinava a posição subordinada do Brasil.

A Inglaterra era a maior potência bélica do século XIX e o país mais avançado tecnologicamente. Em termos bélicos, possuía a maior frota marítima e era, inclusive, a principal fornecedora de navios e equipamentos náuticos. O avanço de suas relações comerciais e da capacidade militar levou à intensificação do processo de internacionalização. Este tratava-se de uma estratégia de acumulação de poder e riqueza por parte dos Estados, que buscam, através da expansão dos territórios, lucros extraordinários, novas posições de monopólio e campo para tributação. A partir do século XIX a forma de colonização não precisou ser territorial ocorrendo através da superioridade político-econômica e da força do capital financeiro.

Conforme afirma Medeiros (2001, p.87), “a glória da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX não pode ser desvinculada de sua política e rara capacidade do Estado inglês de promover a expansão de seu poder sobre as outras nações, em articulação com os interesses industriais e mercantis do seu capitalismo”. Reis e Cardoso (2009) asseveram que as ex-colônias¹² da América Latina não se constituíram em estados

¹² “A soberania é mais do que qualquer outra coisa uma questão de legitimidade” (Wallerstein, 2004, p. 44).

soberanos capazes de formar autonomamente a identidade nacional, moeda “forte” e sistema de dívida pública necessários para possibilitar a expansão da acumulação de capital e poder. Durante a vigência do padrão ouro-libra, no qual a libra esterlina constituía o padrão monetário internacional ao longo da expansão imperialista inglesa, o Brasil foi um país estratégico para a oferta mundial de ouro até a segunda metade do século XIX.¹³ Londres comercializava o ouro e a prata¹⁴ provenientes principalmente da América do Sul, intermediados por Portugal e pela Espanha através da companhia das índias.

O poder comercial e financeiro da Inglaterra é sintetizado por Medeiros e Serrano (1999): “A grosso modo, a Inglaterra mantém a paridade de sua moeda em relação ao ouro, tem crescente déficit comercial em termos de mercadorias que é compensado, em grande parte, por superávits em serviços não fatores (como fretes e seguros) e a renda líquida recebida de seus ativos no exterior de tal forma que não ocorrem déficits em conta corrente (...). Apesar dos superávits em conta corrente a Inglaterra tem déficits globais na balança de pagamentos devido ao grande montante de investimentos diretos e empréstimos ao exterior. Estes déficits não envolvem nenhuma perda de ouro pois dada a posição internacional da libra como ativo de reserva a Inglaterra financia com facilidade todo o seu déficit de balança de pagamentos causado pela saída de capital de longo prazo, recebendo as aplicações de curto prazo do resto do mundo.

Assim, a Grã-Bretanha deteve a maior parte do comércio mundial no século XIX, representando 25% do total em 1860, enquanto a América Latina representava 5% e os EUA 9% (Jones, 1992). A Europa era a principal origem das importações da Inglaterra, mas as exportações estavam quase igualmente distribuídas entre – Europa, Américas e “Resto do Mundo” (vide tabela 01). As tabelas 02 e 03 revelam que os pesos relativos da América Latina como mercado das exportações britânicas entre 1830 e 1890 eram de cerca de dois terços dos pesos dos domínios brancos da Inglaterra

¹³ Eichengreen e McLean (1994) apontam que até a primeira metade do século, os maiores produtores mundiais de ouro eram o Brasil, Colômbia, Rússia e México. Após 1848 os maiores produtores passaram a ser os EUA, a Austrália, Rússia e Nova Zelândia, e depois de 1890 a África do Sul, Canadá e Rodésia.

¹⁴ “London quickly became the world transhipper of gold and silver and, after 1815, the largest gold market in the world. This occurred not only because of the low freight charges that British ships could offer, but especially because London was becoming the best organized market, both in gold and in foreign exchange (dominated by specialized intermediaries: Christelow, 1947, pp. 19-20), and the City was becoming the commercial and financial centre of the world (see Chapman, 1977, 1979)” (Marcuzzo; Rocelli, 1987, p. 368).

(América WASP). Por outro lado, os tamanhos relativos das importações britânicas a partir da América eram baixos e bem inferiores aos dos domínios brancos.

Tabela 01 – Comercio exterior britânico: porcentagem do valor das importações e exportações de produtos nacionais desde 1794

Ano	Europa		Américas		Resto do mundo	
	Import	Export	Import	Export	Import	Export
1794-6	45	39	33	46	22	16
1830	-	42	-	43	-	15
1860	39	31	35	30	26	40
1890	46	34	32	28	22	39
1910	41	34	32	28	22	39

Fonte: Jones, 1992, p. 44.

Tabela 02 – Origem das importações, como % das importações britânicas totais, 1860-1965.

Ano	América Latina	América WASP*
1860	6	24
1890	5	30
1910	10	22

Fonte: Jones, 1992, p. 47.

*América WASP = branca, anglo-saxônica e protestante.

Tabela 03 – Destino das exportações, como % das exportações britânicas totais, 1860-1965

Ano	América Latina	América WASP
1830	14	21
1860	9	18
1890	11	15
1910	12	12

Fonte: Jones, 1992, p. 49.

*América WASP = branca, anglo-saxônica e protestante.

Após esta breve exposição dos aspectos da hegemonia inglesa, parte-se agora para a análise dos aspectos gerais das relações da Inglaterra com o Brasil, evidenciando os principais interesses do poder britânico na região.

2. As relações entre a Inglaterra e a formação histórica e econômica do Brasil Império

“[a]utorizei a Inglaterra a estabelecer com o Brasil relações de Soberano e Súdito, e a exigir Obediência, a ser paga com o preço da Proteção” (F.O, 63/56, Strangford a Canning, n. 103 *apud* Manchester, 1967, p. 71).¹⁵

A Inglaterra foi o principal parceiro do Brasil no desenvolvimento do sistema econômico e financeiro nacional durante todo o período imperial, a começar pela independência. Com escolta inglesa, em 1808, a família real portuguesa se transferiu para o Brasil fugindo do Bloqueio Continental de Napoleão Bonaparte. No mesmo ano, Napoleão invadiu a Espanha, o que impulsionou os movimentos de independência na América espanhola. Assim, a maior parte da América do Sul, no início do século XIX estava vivenciando o processo de formação de Estados Nacionais independentes, ao mesmo tempo em que disputavam território, à luz dos interesses políticos e econômicos internos e das grandes potências mundiais na região.

No Brasil, importantes medidas ocasionaram as transformações na economia e na política do país a partir dessa data: permitiu-se a implantação de fábricas manufatureiras – até então proibidas –, as matérias-primas foram isentas de imposto de importação, as taxas de importação foram reduzidas, fundou-se o primeiro Banco do Brasil em 1808 e fundaram-se as primeiras faculdades. As vantagens para os ingleses foram evidentes não apenas nas tarifas de importação, mas também em assuntos jurídicos, sobre terras, liberação dos portos, religião etc.¹⁶

Segundo Manchester (1967), a Inglaterra apoiou a declaração de independência do Brasil e o estabelecimento do Império¹⁷, por quatro razões principais, todas elas

¹⁵ Manchester (1967) relata que o embaixador britânico Strangford influenciava fortemente as decisões da Coroa Portuguesa, inclusive na escolha do ministro das relações exteriores. Ele veio transferido com a corte portuguesa em 1808 e foi afastado em 1814, sendo substituído por Chamberlain até 1819 e depois por Edward Thornton.

¹⁶ Com a fundação do Banco do Brasil (1808) inaugurou-se a emissão de papel-moeda, lastreado em ouro. A moeda herdada pelo Brasil de Portugal foi o mil-réis (primeiro papel moeda emitido no Brasil), sendo esse apenas substituído em 1942 pelo cruzeiro (Prado, 1969). Os bancos estrangeiros apenas apareceram em 1863 (Andrada, 1923). Em 1870 existiam seis bancos no Rio de Janeiro – dois deles ingleses – e outros nove no restante do país. Eles operavam quase exclusivamente com depósitos e com o desconto de títulos comerciais de curto prazo.

¹⁷ Há extensa literatura sobre a continuidade dentro da ruptura que caracteriza o processo de independência brasileira e formação do Império. O Brasil, diferentemente de seus vizinhos latinos, não se tornou uma república. De acordo com Costa (2005), essas elites herdaram “a noção de que no Brasil poderia se fazer um “poderoso império português”, como disse o príncipe regente de Portugal quando declara a intenção de mudar a corte para o Brasil”. No entanto, “império” designa unidades políticas e econômicas compósitas, constituídas de partes que se ligam ao centro de distintas e heterogêneas

voltadas para as disputas de poder na Europa. A primeira era o medo de aliança de Portugal com França e Espanha, que poderiam compactuar para retomar o Brasil. A segunda seria a renovação do tratado de 1810, que garantia condições favoráveis à Inglaterra nas relações com o Brasil *vis-à-vis* os demais países. A terceira era que o Brasil poderia tornar-se uma monarquia estável que se fortalecesse e se opusesse à Europa. E a quarta era o fato de D. Pedro ser casado com a princesa da Áustria – o que poderia unir o Brasil a este país.

Como fonte de recursos minerais, as reservas de ouro brasileiras foram estratégicas para a Inglaterra até 1848. Com o esgotamento do minério brasileiro e com as novas descobertas de ouro nos Estados Unidos e na Austrália, a produção brasileira perdeu relevância (Eichengreen e McLean, 1994). Posteriormente, o Brasil teve destaque como produtor de café e de borracha (no fim do século XIX).

Com relação aos investimentos diretos, conforme afirma Manchester (1967), a presença inglesa na construção da infra-estrutura foi notável. Em 1851, foi fundada a primeira linha naval a vapor de serviço postal para a Inglaterra. A primeira estrada de ferro foi construída em 1854 e a primeira linha de telégrafos em 1857.

No entanto, as relações entre Brasil e Inglaterra não eram isentas de conflitos por causa do sistema escravista brasileiro. O auge dos atritos ocorreu entre 1845 e 1863, quando houve o rompimento formal¹⁸ das relações democráticas entre os dois países. O Brasil foi o último país do mundo a determinar o fim da escravidão, pois esta forma de trabalho foi o principal sustentáculo da produção do país no século XIX e, principalmente, porque o comércio negreiro era altamente lucrativo. Não se pretende negar, aqui, como esse tópico gerou desavenças entre os países. Apenas consideramos que eles não foram e não são suficientes para supor uma autonomia das decisões externas brasileiras e, menos ainda,¹⁹ que o Brasil se posicionou efetivamente contra a Inglaterra, conforme afirma, por exemplo, Doratioto (2002).

maneiras, mantido o laço militar, dinástico e fiscal. Porém o Estado brasileiro possuía grandeza mas detinha vínculos internos limitados, com um núcleo que buscava “penosamente impor-se sobre um conjunto justaposto de províncias com escassa sinergia interna” (Costa, 2005, p. 30).

¹⁸ Doratioto (2002) utiliza como argumento para demonstrar que o Brasil tinha opinião própria e não era mero obediente à Inglaterra, o fato do rompimento do Brasil de relações democráticas com a Inglaterra em 1862 pelas desavenças relacionadas ao tráfico negreiro e ao afundamento do barco *Prince of Wales*.

¹⁹ “A suspensão das relações diplomáticas não rompeu as tradicionais conexões econômicas entre a Inglaterra e o Brasil. Ao contrário, nas palavras de um ministro do Exterior do gabinete do Rio, elas continuaram tão intimamente aliadas em interesses recíprocos, que mal se podia imaginar que os dois governos estavam separados por uma questão de tão grande importância e dificuldade”. Tanto que durante a suspensão, o Brasil tomou dois empréstimos na Inglaterra e conseguiu negociar com os Rotschild os títulos da dívida pública (Manchester, 1967).

Não obstante a relevância de se analisar os aspectos gerais da relação entre o Brasil e a Grã-Bretanha, é necessário aprofundar os conceitos de tributação, dívida, território e guerras, conforme determinado na metodologia.

2.1. Tributação

A vinda da corte em 1808 também foi um marco no que se refere à tributação. O episódio beneficiou a arrecadação do Rio de Janeiro e das capitanias marítimas com a abertura dos portos. Além disso, introduziram-se impostos novos como a décima urbana (rendimento estabelecido sobre o valor dos prédios urbanos), o imposto do selo do papel, o imposto de transmissão de propriedade (10% sobre o valor da compra, venda ou arrematação de imóveis), a meia sisa (5% sobre o valor de compra/venda de escravos ladinos), a décima sobre heranças e legados, o imposto de indústria e profissões (valor fixo que todo tipo de comércio deve pagar e que seria usado como fundo de empréstimos do Banco do Brasil). Essas medidas marcaram o estabelecimento, pela primeira vez, da homogeneidade fiscal no território, pois era aplicada a todas as províncias (Costa, 2005, p. 37).

No tratado de aliança e comércio de 1810, o Reino Unido conseguiu junto à Coroa uma série de benefícios para os comerciantes ingleses, como a implantação de um porto franco na ilha de Santa Catarina. O primeiro reinado conservou todas as formas de tributação da Coroa portuguesa. A herança fiscal tratou-se de um sistema construído durante os séculos de colonização, conservando os monopólios régios, com cobranças de dízimos e quintos, as principais fontes de renda metropolitana. A forma de arrecadação era precária, via a contratação de particulares, em geral comerciantes.

A partir de 1823, o balanço anual entre as receitas e as despesas do Império começou a ser elaborado. Analisando as origens das receitas, nota-se na tabela 04 que a principal fonte de arrecadação provinha dos tributos sobre as importações. Com relação às despesas, percebe-se que grande parte dos recursos foi destinada para a defesa do país (1.353:917\$226 para a repartição da guerra e 1.710:169\$309 à repartição da marinha).

Tabela 04: Receitas e despesas do Império em 1823 – contos de reis

Receita	Total	Despesa	Total
Direitos de importação	1.851:100\$959	Casa imperial e real	325:486\$096
Direitos de exportação	486:683\$876	Thesouro	1.298:863\$413
Despachos marítimos	12:662\$000	Repartição da guerra	1.353:917\$226
Interior	1.451:987\$369	Repartição da marinha	1.710:169\$309
Total	3.802:434\$204	Total	4.702:434\$204

Fonte: Carreira (1889)

Em 1830 processaram-se algumas mudanças na distribuição das despesas e receitas do Império. Os recursos despendidos com a fazenda passaram a ser os mais significativos (Carreira, 1989). Pelo lado das receitas, a arrecadação dos direitos de importação perdeu relevância, entre outros motivos, pela retração do comércio com a queda do preço internacional do café e com a renovação dos tratados de 1810.

O ato adicional de 1834 estabeleceu a principal reforma fiscal do império, quando o imposto da meia sisa passou a ser destinado às províncias. Este imposto constituía importante fatia da arrecadação (15% na província do RJ em 1850)²⁰ e, portanto, mais uma razão para não abolir o tráfico negreiro (Costa, 2005).

A Tarifa Alves Branco (1945) elevou os impostos alfandegários sobre artigos com similar nacional para até 60%, e em média 30% para aqueles não fabricados domesticamente. Ademais, acabaram os privilégios tarifários de Portugal e Inglaterra. Como consequência, o Brasil reduziu a sua restrição externa, incentivou a indústria através da substituição de importações e ampliou suas receitas.

A tabela 05 demonstra que os “direitos de importação” representaram a parte mais significativa das receitas do Império no período e que os gastos com a Fazenda superam as demais despesas. A tabela 06, por sua vez, mostra que entre 1840 e 1890, esse tipo de receita foi entre 68% e 84% do total. Do total arrecadado nos principais países latino-americanos e no Brasil, a maior parte se destinava aos gastos militares e financeiros (vide tabela 07). No Brasil, a parcela deste tipo de gasto foi maior entre 1830 e 1850, período em que o país foi mais atuante nos conflitos do Prata e quando ocorreu a pacificação interna.

²⁰ Costa, 2005, p. 41.

Tabela 05: Receitas e despesas do Império em 1850 – contos de reis

Receita	Total	Despesa	Total
Direitos de importação	20.506:637\$454	Império	4.077:067\$918
Direitos de exportação	4.718:941\$123	Justiça	2.012:168\$963
Despachos marítimos	523:479\$567	Estrangeiros	1.060:045\$720
Interior	5.457:844\$501	Marinha	5.165:676\$734
Extraordinária	325:862\$048	Guerra	9.096:592\$143
Depósitos	1.164:137\$290	Fazenda	11.813:037\$019
Total	27.200:000\$000	Total	26.275:681\$708

Fonte: Carreira (1889)

Tabela 06: Parcela da aduana e royalties sobre as receitas públicas.

Ano*	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Brasil		0.29	0.84	0.79	0.758	0.7	0.68	0.68

Fonte: Centeno, 2002, pp. 119-121. * ou data mais próxima

Tabela 07: parcela dos gastos militares e financeiros sobre o orçamento público.

Ano*	1820	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Brasil		0.85	0.84	0.78	0.68	0.72	0.62	0.59

Fonte: Centeno, 2002, pp. 119-121. * ou data mais próxima

Por causa das guerras existiria a tendência da tributação se expandir e se consolidar. No entanto, no Brasil e nos demais países da América Latina, a alternativa de financiamento interno não foi a mais recorrente devido à fragilidade da economia e à liquidez internacional que facilitava o endividamento dos governos periféricos (Medeiros, 2009). O recurso ao capital internacional ajudou a manter o *status quo* da economia agro-exportadora, entretanto não induziu a melhoria do sistema tributário e financeiro interno, o que gerou dependência à moeda inglesa e a obediência ao padrão-ouro. As elites locais permaneceram subordinadas aos interesses do Estado e dos grandes comerciantes e banqueiros ingleses.

2.2. Dívida pública

A evolução da dívida externa brasileira, segundo Abreu (1999), ocorreu em dois longos ciclos de endividamentos. Como a pesquisa se concentra entre 1822 e 1889 será focado o primeiro ciclo de endividamento externo do Brasil. Este teve início a partir de 1824 com os empréstimos tomados em virtude dos encargos com a indenização a

Portugal para o reconhecimento do Brasil como nação independente (dois milhões de libras) e culminou com o acordo permanente com credores em 1943, após uma série de acordos durante o governo Getúlio Vargas, iniciado com a moratória de 1931.²¹

Durante o século XIX o Brasil foi o melhor pagador, dentre os países latinos americanos, pois foi o único a não suspender o pagamento de sua dívida externa até o seu primeiro *funding loan*, em 1898 (Abreu, 1999). A tabela 08 é precípua para a análise da evolução da dívida externa brasileira. Percebe-se que até 1885, todo o estoque de capital e dívida pública no Brasil era proveniente da Inglaterra²² e o crescimento da dívida externa se dava com taxas moderadas.

Tabela 08: Estoque de capital estrangeiro e dívida pública externa – 1825 até 1930 (em £ milhões)

	Estoque de capital estrangeiro nominal				Dívida pública externa			
	Britânico	Americano	Outros	Total	Britânico	Americano	Outros	Total
1825	4,1	-	-	4,1	4,1	-	-	4,1
1840	6,9	-	-	6,9	5,6	-	-	5,6
1865	20,2	-	-	20,2	13	-	-	13,0
1875	30,9	-	-	30,9	20,4	-	-	20,4
1885	47,6	-	-	47,6	23,2	-	-	23,2
1895	78,1	-	1,5	79,6	37,5	-	1,5	39,0

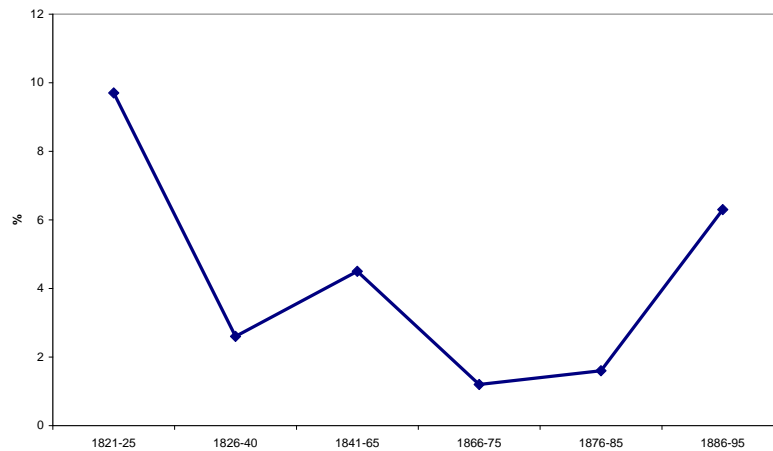
Fonte: Abreu, 1996

A participação brasileira nas exportações de capitais britânicos entre 1821 e 1895 pode ser observada no gráfico 1. Durante o período de 1821 e 1825 o Brasil teve grande importância para as exportações de capitais inglesas, representando cerca de 10% do total. O principal motivo foi o empréstimo de dois milhões de libras (1824), para o reconhecimento do Brasil como país independente por parte de Portugal. Depois de 1824, as importações de capitais do Império brasileiro perderam relevância.

²¹ O segundo ciclo de endividamento teve início na década de 60 com o boom do Euromercado e continua até os dias atuais.

²² O capital americano apenas começou a ingressar significativamente no Brasil, por volta de 1905 e continuou sendo em quantia inferior ao inglês até 1930.

Gráfico 1: razão entre as exportações britânicas de capital e as importações brasileiras de capital - Libras (milhões)



Fonte: Abreu (1985).

Contudo, a importância do Império do Brasil para o Reino Unido transcendia aspectos econômicos entre os dois países e se relacionava intimamente com as questões geopolíticas e de poder no continente sul americano. Na próxima seção será discutido como a Grã-Bretanha articulava os seus interesses, de modo a estimular o conflito e evitar o surgimento de uma única potência na região.

2.3. Território e guerras

Os grandes núcleos de poder concorrentes na região da Bacia do Prata eram Buenos Aires e o governo imperial do Brasil. E menos importante, o Paraguai, as demais províncias argentinas (destacando Entre Ríos e Corrientes), a Banda Oriental (posterior Uruguai) e as províncias brasileiras com movimentos separatistas do sul do país. Os pontos em disputa e de permanente conflito eram Montevideu, o rio da Prata e o rio Paraguai. O Uruguai teve importância decisiva nas disputas, pois era o porto alternativo a Buenos Aires para as rotas comerciais do Paraguai, Brasil e províncias federalistas da Argentina. Historicamente havia sido a principal base militar da colonização espanhola.²³

A tese central defendida neste artigo é que para as grandes potências interessava

²³ Doratioto (2002, p.45), “o Uruguai foi criado em 1828 e cumpria a função, segundo lorde Ponsonby, representante do governo britânico no Prata e patrocinador da independência Uruguaiana, de um algodão entre dois cristais, as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Brasil, evitando que se chocassem”.

que a região do Prata fosse constituída por países unificados internamente, porém independentes entre si. Assim, era estratégico para o reino Unido que a Argentina e o Brasil atuassem como neutralizadores um do outro, de modo a impedir a expansão do vizinho. Neste sentido, Oliveira (2002, p.31) sugere que a disputa do Brasil pela Bacia do Prata “traduziu-se numa política de barganha de poder com o objetivo de evitar supremacias, principalmente a da Argentina”.

As razões pelas disputas da Bacia do Prata eram, primeiramente, pelo escoamento do comércio de minérios, escravos etc. Em segundo lugar, pelas rendas aduaneiras, que em muitos episódios foram administradas por concessões. Finalmente, era território preponderantemente de investimentos ingleses – seja empréstimos para os governos, ou para a construção de infra-estrutura e principalmente para a militarização²⁴.

Um dos argumentos mais usados para explicar as disputas da Bacia do Prata, refere-se à concorrência entre os caudilhos poderosos da região. Bandeira (1987) afirma que em todos os conflitos internos – dos federalistas versus unitários na atual Argentina, blancos versus colorados no Uruguai e farrapos versus império no Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, além daqueles entre estancieiros de países diferentes, “o federalismo serviu como expressão política para as reivindicações protecionistas das economias locais, do artesanato e das indústrias domésticas, ameaçadas pela expansão internacional do capitalismo”.²⁵ Apesar das disputas entre grandes proprietários de terra ter relevância para os fatos ocorridos na região, havia um sentido maior por detrás delas.

Do ponto de vista geopolítico, a Bacia do Prata era estratégica para a navegação e comércio com a África e Ásia. Além disso, a região estava ao sul do território dominado pelos EUA – que ao longo do século XIX pusera sob sua influência a América Central e o norte da América do Sul. O poder britânico estabelecera entrepostos e bases militares em diversas ilhas do Oceano Atlântico e chegou a possuí-las também nos rios da prata e no litoral sul atlântico (por exemplo, Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina, Trindade no Brasil e Falklands).

No final do século XVIII e início do XIX, com as invasões napoleônicas, enquanto a Espanha estava em guerra contra a França, Portugal e Inglaterra, o cenário político e militar do Vice-Reinado do Prata (criado em 1776) se transformou,

²⁴ Manchester (1967), Bandeira (1985), Halperín-Donghi (2005), Doratioto (2002).

²⁵ Bandeira, 1987, p. 106-107.

culminando anos depois na independência²⁶ das províncias da região. As principais bases militares e de comércio no Rio da Prata eram Assunção, Buenos Aires e Montevideu. Elas foram estrategicamente estabelecidas pela Espanha para acessar a rica e relevante zona de minérios do Alto Peru (centralizada em Potosí). Portugal construiu Sacramento em 1680, defronte a Buenos Aires, para ser fortaleza militar e alternativa portuária no rio.

Buenos Aires despontou em 1776 como base fiscal e militar para proteger a região do avanço português e inglês. Diferentemente do que conta a história tradicional (a partir de Bartolomeu Mitre), Buenos Aires não cresceu pelo avanço econômico e sua capacidade exportadora, mas pela necessidade de defesa do território²⁷. De acordo com Halperín-Donghi (2005), grande parte do esforço fiscal era direcionado para a guerra. Territorialmente, as receitas fiscais (em sua maioria, advindas de impostos sobre as importações) do Vice-Reinado Sul da Prata destinavam-se mais ao litoral de Buenos Aires, Paraguai, Patagônia e, a maior parte para Banda Oriental (Montevideu). Essa distribuição é um dos pontos-chave para o conflito interno vivido historicamente pelas províncias argentinas.²⁸ Montevideu tinha mais importância estratégica do que Buenos Aires, pois era o centro naval espanhol para Atlântico sul e fortaleza da banda oriental do rio da Prata.²⁹

Houve três grandes momentos de “espírito expansionista” dos núcleos de poder da região. O primeiro foi a tentativa luso-brasileira de expansão no início do século XIX, com a incorporação da Banda Oriental. O segundo foi a política do General Juan Manuel de Rosas de Buenos Aires, entre as décadas de 1830 e 1850. E o terceiro, foi o do Paraguai, em resposta ao isolamento geográfico e à vontade de ter mais poder na região. Esse, apesar de menos intenso, teve maiores consequências bélicas. A seguir, cada um deles será analisado mais detalhadamente.

No mandato de Strangford, as instruções inglesas eram de afastar Portugal das

²⁶ As datas de independência foram Províncias Argentinas (1810), Paraguai (1812) e Uruguai (1828).

²⁷ “Desde 1806 el surgimiento en la capital virreinal de un centro de poder militar e implícitamente político crea un vínculo a la vez más íntimo y más ambiguo entre la Caja y su sede: de nuevo es en la capital y sus inmediatos alrededores donde se hace sentir – también en su dimensión fiscal – ese nuevo modo de articulación entre Estado y sociedad” (Halperín-Donghi, 2005, p. 16).

²⁸ Na distribuição das receitas de tributação entre as principais províncias argentinas sempre Buenos Aires teve a maior parte. E essa superioridade não era causada apenas pelo fato de sua maior população, pois porque a receita tributária por habitante também é mais elevada. (Halperín-Donghi, 2005, p. 10).

²⁹ “Os requisitos que facilitarían o estabelecimento do Estado-tampão já existiam, concretamente e estavam na própria evolução histórica da Banda Oriental. Montevideu, fundada para neutralizar as atividades da Colônia de Sacramento, tendia a transformar-se, pela sua posição geográfica, em porto alternativo e concorrente de Buenos Aires” (Bandeira, 1987, pp. 93-94).

colônias espanholas. Em 1809, o vice-rei de Buenos Aires autorizou a entrada de navios ingleses, num movimento pró-independência. A Junta de Buenos Aires pediu a Strangford, após a revolução de maio de 1810, que a Inglaterra protegesse o novo governo da Junta de Sevilha, assim como da facção de D. Carlota Joaquina, até que se formasse o Governo Federal. Além disso, a Inglaterra contribuiu vendendo armas e munições. O príncipe-regente brasileiro avançou sobre o Uruguai à revelia do Lorde, justificando que a região poderia se aliar à França, mas retirou as tropas após a intervenção inglesa (Manchester, 1967). Em 1816, as forças portuguesas invadiram a Banda Oriental, enquanto as províncias unidas do Rio da Prata declararam sua independência em Tucumã. A partir de então, intensificaram-se as hostilidades entre o Brasil e as Províncias Unidas em disputa pelo Uruguai. A Espanha pedia a Inglaterra, Rússia, França e Áustria que moderassem o conflito.

D. João VI enviou novas tropas para a Banda Oriental em 1820, até que o congresso de Montevideu declarou a incorporação da região ao Brasil em 1821, sob o nome de Província Cisplatina. Ou seja, o tal “expansionismo brasileiro” – na verdade ainda português –, ganhava fronteiras. O Brasil controlava, então, boa parte do comércio da Bacia do Prata, já que possuía a Cisplatina, Sacramento e Maldonado, em detrimento de Buenos Aires. Em 1825, as Províncias Unidas declararam a incorporação da Banda Oriental, reiniciando o conflito armado com o Brasil. “A luta empreendida no mar era uma guerra entre ingleses, pois duzentos marinheiros ingleses estavam somente na marinha brasileira, e os comandantes de ambos os lados eram ingleses” (Manchester, 1933, p. 141). Ambos os lados pediram intervenção inglesa no conflito, que atendeu ao pedido e intermediou a assinatura da independência do Uruguai em 1828.

O segundo movimento expansionista se iniciou em 1831, quando o general Rosas fundou a Confederação Argentina e equilibrou interesses das províncias argentinas e de Buenos Aires com a centralização de poder. Em 1835, o ditador outorgou a Lei das Aduanas, com o intuito de recuperar o monopólio sobre o comércio do Rio da Prata, fechando-o à navegação estrangeira. Mas para essa medida ter forte impacto no fluxo do comércio e transporte na região era preciso controlar as alternativas portuárias no Uruguai e Paraguai³⁰. Esse projeto afetaria seriamente os interesses das grandes potências e do Brasil na Bacia do Prata, por isso o Império apoiou a facção

³⁰ “O sistema americano, a que Rosas aspirava e no qual o Governo do Império pressentia o propósito de reconstruir o Vice-Reinado do Prata, espelhava, no fundo, essa necessidade de submeter o Paraguai e o Uruguai a uma estrutura federal que teria Buenos Aires como epicentro” (Bandeira, 1987, p. 109)

uruguaia contrária ao bloco que pretendia aliar as províncias argentinas, o Uruguai e a região brasileira separatista que recém-declarara a república independente de Piratini (revolução dos farrapos 1835- 1845). Para enfrentar este bloco, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência do Paraguai em 1842 (Doratioto, 2002).

Rosas foi derrotado em 1852 pelas disputas de poder internas entre as províncias argentinas, esvaindo o projeto de reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata e, temporariamente, da união argentina. De fato, como afirma Candido Bareiro (encarregado de negócios do Paraguai em Londres nessa época), a Confederação Argentina não era ainda um país e sim “uma aglomeração de dois países, ligados, sob certo aspecto, mas, separados e divididos, no fundo, por uma rivalidade que decorria do fato de estar garantida a existência de um quase com a totalidade dos recursos do outro” (*apud* Bandeira, 1987). No cerne da questão, estavam, portanto, as rendas aduaneiras.

A guerra mais importante da história da região no século XIX foi a da Tríplice Aliança. Segundo Centeno (2002), o Paraguai deve ter sido a exceção mais interessante na América do Sul quanto ao tipo de Estado, centralizado desde a independência em 1814 até 1870, dirigido por três ditadores consecutivos – General José Rodriguez de Francia (1812-1840), Carlos Lopez (1840-1862) e Francisco Lopez Solano (1862-1870). O exército se desenvolveu de tal forma a ser o mais forte da América Latina.

O Paraguai tinha participação crescente nas relações platinas por duas razões. A primeira, e mais importante, foi a abertura do monopólio de Buenos Aires e queda de Rosas. Como afirma Doratioto (2002, p. 23), “o isolamento paraguaio, até a década de 1840, bem como sua abertura e inserção internacional se explicam, em grande parte, pela situação política platina”. A segunda tratou-se da ascensão de Carlos Lopez, pois durante o governo de Francia o país focou apenas questões internas, sendo que o “Estado representava o principal agente da produção e do comércio, fomentando ou regulamentando rigorosamente todas as suas atividades” (Bandeira, 1987, p.159).³¹ A partir de Carlos Lopez, o Paraguai procurou “contato direto com os países da Europa e os EUA, dos quais pretendia absorver os avanços da tecnologia” (*idem*, p. 161).³² A firma *Blyth & Co* desempenhou importante papel no desenvolvimento do país, principalmente em relação ao municiamento militar, a serem usadas nas disputas por

³¹ Doratioto (2002) observa que durante o governo de Francia todas as terras foram apropriadas pelo Estado, a Igreja foi expulsa e seus bens estatizados, o Estado regulava todas as atividades e detinha o monopólio de erva-mate, madeira, tabaco – principais produtos.

³² Em 1853 a Inglaterra reconheceu a independência do Paraguai e, logo em seguida a França, EUA e Sardenha assinaram tratado de navegação e amizade com o país.

fronteiras. Para Doratioto (2002), o país acelerou a industrialização graças às relações com a Inglaterra, que representava 75% das importações do Paraguai. Ao final da década de cinquenta e início da de sessenta, acirrou-se a concorrência entre o Brasil e Paraguai pela navegabilidade na Bacia do Prata.

Neste ínterim, o Brasil precisava se posicionar na guerra civil Uruguaiana. Mais uma vez, verifica-se a importância estratégica de Montevidéu, pois a Guerra da Tríplice Aliança começou, como afirma Centeno (2002), com disputas pelo Uruguai. De acordo com Doratioto (2002, p.53), “o cuidado do Império em criar condições políticas para a intervenção no Uruguai explica-se pelo fato de suas relações estarem rompidas com a Grã-Bretanha. Esta sempre se apresentara interessada na independência Uruguaiana e uma intervenção no país vizinho poderia ser interpretada como tendo finalidade anexionista, o que não era o caso. Uma intervenção pura e simples do Brasil no Uruguai poderia, também, criar suspeitas na Argentina, levando o império a uma indesejável posição de isolamento internacional”. A pacificação no Uruguai foi intermediada pelo representante britânico em Buenos Aires. O episódio resultou numa aproximação entre Brasil e Argentina

Ao final de 1864 o Brasil enviou o barco Marques de Olinda para o Uruguai para combater a guerra civil. Solano Lopez interpretou como uma afronta e capturou o barco brasileiro. Assim iniciou-se o conflito de seis anos, que culminou com a morte de até 500 mil pessoas³³ e a perda de 40% do território paraguaio. A guerra, de caráter “total”, também contribuiu para o fortalecimento do poder central na Argentina e no Brasil. A guerra do Paraguai repercutiu na consolidação dos Estados Nacionais argentino e uruguaio, foi o apogeu da força militar do Império do Brasil, porém contribuiu para o acirramento de contradições do Estado monárquico brasileiro de modo a enfraquecê-lo. A economia paraguaia, por sua vez, tornou-se satélite da economia da Argentina após o término do conflito. Vale reforçar que, terminada a guerra, o Brasil pressionou para que o Paraguai se reafirmasse como país independente e impediu a Argentina de tomar toda a região do Chaco. (Doratioto, 2002)

Essa atitude reflete a obediência do Brasil ao interesse das grandes potências para que a região do Prata fosse constituída por países unificados internamente, porém independentes entre si. Assim a Argentina e o Brasil atuaram externamente para impedir

³³ O número de mortos não é um consenso entre os autores. Chiavenatto (1987) é um dos mais pessimistas, afirmando que a quantidade ultrapassou 500 mil.

a expansão do outro. Desse modo, a política do Império do Brasil refletia os interesses dos ingleses, uma vez que se preocupava em: 1) obter livre navegação nos rios da Prata, garantir comunicação fluvial com o Mato Grosso e Norte do Brasil e obter rendas aduaneiras (ou evitá-las); 2) conter a influência argentina sobre o Paraguai, “a partir da convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo vice-reinado do Prata, incorporando o Paraguai” (Doratioto, 2002, p. 471).

Na Guerra da Tríplice aliança, a maior ganhadora foi a Inglaterra. Seus financistas forneceram o capital para o armamento e estruturação militar de todos os países envolvidos, principalmente dos aliados.³⁴ Tal como afirma Bandeira (1987, p. 260), “não resta a menor dúvida de que, sem esses recursos financeiros, supridos, sobretudo, pelas casas Rotschild e Baring Brothers, os aliados dificilmente poderiam sustentar o esforço de guerra”. A Inglaterra lucrou de todos os lados e assegurou que nenhum poder local se sobrepujasse aos demais, mantendo o seu *status quo* na região.

3 – Conclusão

As seções anteriores apresentaram e analisaram sinteticamente os aspectos gerais e econômicos das relações entre a Grã-Bretanha e o Brasil entre 1822 e 1889, enfatizando a dívida pública, a tributação, o território e as guerras, de acordo com a teoria do conflito inter-estatal, na qual o eixo central de análise são as perspectivas do poder e da riqueza.

A participação do Brasil nos fluxos de comércio e finanças britânicas era pouco expressiva em comparação com outros países periféricos, inclusive a Argentina. No que se refere aos interesses militares e navais, o foco inglês era a Bacia do Prata e, por isso, seus investimentos concentraram-se no Uruguai e na Argentina – que eram também disputados com a França e outras grandes potências.

O Estado brasileiro imperial era caracterizado por uma fragilidade fiscal, pois as receitas eram insuficientes para custear as despesas. A dívida da independência foi um ônus pesado para as finanças do governo, que se estendeu por décadas. Por outro lado, a

³⁴ Mas segundo Bandeira (1985, p. 267), os EUA “patrocinaram a causa do Paraguai”, fornecendo armamentos. Essa atitude estaria relacionada à sua estratégia de dominação do norte da América do Sul, e por isso poderiam insuflar também uma invasão peruana à Amazônia.

própria baixa capacidade de integração e controle territorial, das atividades econômicas e do crescimento da população – haja visto que o primeiro censo demográfico ocorreu apenas no último quarto do século XIX – foram um fator para que as receitas dependessem em larga medida dos impostos de importação. Ao longo do período estudado, as despesas militares e financeiras eram as mais significativas e recorria-se usualmente aos recursos externos, estimulados pelo excesso de liquidez dos capitais ingleses.

A importância da guerra para a consolidação do estado brasileiro tratou-se de um contra-exemplo à história européia. Enquanto na Europa as guerras entre Estados eram do tipo “total”, no Brasil e região do Prata, elas foram limitadas, exceto no caso da Guerra da Tríplice Aliança. Isso quer dizer que as guerras brasileiras não tiveram o poder de fortalecer o governo, de forma a consolidar o território, o sistema de tributação, a moeda e a dívida. Ao contrário, os conflitos armados da história do período foram, afinal, um meio de enriquecimento dos industriais e bancos ingleses. A Inglaterra beneficiou-se dos conflitos na Bacia do Prata não apenas do ponto de vista econômico, mas principalmente do político, uma vez que a região se manteve fragmentada, não constituindo um poder local fortalecido que confrontasse seus interesses.

A conclusão geral do trabalho é que a relevância do Brasil para a Inglaterra, do ponto de vista da riqueza, era ser território de expansão dos lucros das empresas manufatureiras e bancos ingleses atrelados ao Estado. E, mais importante, do ponto de vista do poder, o Brasil cumpria papel central em ser “estabilizador” dos conflitos do continente sul-americano, atuando contra a unificação dos ex-territórios do vice-reinado do Prata.

Referências bibliográficas

- Abreu, Marcelo (1985) “A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931”, *Estudos Econômicos*. IPE-USP, 15, 2, mai.-ago, pp:167-189.
- Abreu, Marcelo (1999) “Brasil, 1824-1957: bom ou mal pagador?”. *Departamento de Economia*. Pontifícia Universidade Católica.
- Andrada, Antônio (1923). *Bancos de Emissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro.
- Bandeira, Moniz. (1995) *Estado nacional e política internacional na América Latina*. O

- continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: editora Ensaio.
- Bandeira, Moniz. (1987) *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion.
- Cardoso, Fernanda; Reis, Cristina (2008) “O mito da globalização: as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos diante do sistema de poder mundial”. In: *II Encontro Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo*. Florianópolis, 30/31 de maio de 2008.
- Carreira, Liberato. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal-Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, 2 vols.: Tomo I: “Até a Guerra do Paraguai”; Tomo II: “Após a Guerra do Paraguai”.
- Centeno, Miguel Angel. (2002) *Blood and debt. War and the nation-state in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- Chiavenatto, Julio José (1987) *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Costa, Wilma Peres da (2005) O império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanaque Brasiliense*, n. 01, maio de 2005.
- Doratioto, Francisco (2002) *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Eichengreen, Barry; McLean, Ian (1994) The Supply of Gold under the Pre-1914 Gold Standard. *The Economic History Review*, New Series, Vol. 47, No. 2 (May, 1994), pp. 288-309
- Elias, Norbert. (1993/1939). *O processo civilizador*. Jorge Zahar editores, Rio de Janeiro.
- Fiori, José Luis. (1997). “Globalização, hegemonia e império” in J.L Fiori (org), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Editora Vozes, Petrópolis.
- _____ (2004), “Formação, expansão e limites do poder global” em, FIORI, J. L., *O Poder Americano*, Editora Vozes, Petrópolis.
- _____ (2007), *O Poder Global e A Nova Geopolítica Das Nações*. Editora Boitempo, São Paulo. Prefácio
- _____ (2008), “O sistema mundial, no início do século XX”. In Fiori, J. L.; Medeiros, C; Serrano, F. *O mito do colapso do poder americano*. Record: Rio de Janeiro.
- Fritsch, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. in: ABREU, Marcelo (org). *Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- Halperín-Donghi, Tulio. (2005) *Guerra y finanzas en los orígenes del estado argentino, 1791–1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

- Jones, Charles. (1992) *El Reino unido y America: inversiones y influencia económica*. Madrid: Editorial Mapfre, colección Europa y America
- Leff, Nathaniel H. (1972) Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil. *The Economic History Review*, New Series, Vol. 25, No. 3 (Aug., 1972), pp. 489-507
- Manchester, Alan. (1967 [1933]) *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
- Maquiavel, Nicolai (1513/1973) *O Príncipe*. Coleção Os Pensadores, Editora Civita, São Paulo.
- Marcuzzo, Maria Cristina; Rosselli, Annalisa (1987) Profitability in the International Gold Market in the Early History of the Gold Standard. *Economica*, New Series, Vol. 54, No. 215 (Aug., 1987), pp. 367-380.
- Medeiros, Carlos (2008) “Financial dependency and growth cycles in Latin American countries”. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 31, issue 1, pp. 79-99.
- Medeiros, Carlos (2001) “Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico” in Fiori J. L.; Medeiros, C. (orgs) *Polarização mundial e crescimento*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Medeiros, Carlos; Serrano, Franklin (1999) “Padrões Monetários Internacionais e Crescimento” in Fiori, J.L. (org.) *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Oliveira, Henrique Altemani (2005) *Política Externa Brasileira*. São Paulo: editora Saraiva.
- Petty, Willian (1662/1985) *Tratado dos impostos e contribuições e Aritmética Política*. Coleção Os Economistas, da Abril Cultural, São Paulo.
- Polanyi, Karl (1944, [1980]). *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Reis, Cristina; Cardoso, Fernanda (2009) “A crucialidade dos determinantes internos: o desenvolvimento comparado das colônias inglesas entre 1850 e 1930”. *Revista Estudos Econômicos da USP*, v. 39, s. 2, PP. 329-357.
- Wallerstein, Immanuel (2004). *World system analysis*. Duke University Press, London.